

As organizações devem elaborar planos de gestão em C&T/S a partir do diagnóstico de sua vocação e competências, recursos humanos e infra-estrutura física disponíveis, e sua inserção no contexto das prioridades de C&T/S.

A interação das organizações de C&T/S com o setor produtivo deve ser formalizada institucionalmente, por meio de instrumentos normativos relativos a financiamento, responsabilidades, ética e propriedade intelectual.

As organizações de C&T/S vinculadas ao SUS devem ser fortalecidas nas ações voltadas para pesquisas e tecnologias prioritárias, inclusive a avaliação de sistemas e serviços de saúde, custo-efetividade das políticas públicas e tecnologias, bem como formação e capacitação de recursos humanos.

3.6 Formação e capacitação de recursos humanos em ciência e tecnologia em saúde

Para a plena consecução desta diretriz, será necessário o reforço dos mecanismos de articulação entre setores de desenvolvimento de recursos humanos do SUS, órgãos de fomento e instituições de ensino integrantes dos sistemas de CT&I e de educação, de maneira a garantir a formação e capacitação de profissionais de saúde, gestores e pesquisadores. Será primordial identificar a demanda de recursos humanos suscitada pelas prioridades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e pelos processos de aplicação do conhecimento e incorporação de tecnologias no sistema de saúde.

A formação e capacitação de profissionais devem interagir com iniciativas nacionais e internacionais. Cursos de curta e média duração, pós-graduação e educação à distância são algumas das estratégias que podem ser adotadas. Devem-se, ainda, implementar programas de caráter multiprofissional e interdisciplinar que atendam às diretrizes preconizadas neste documento, destinados aos seguintes públicos-alvo:

- profissionais e gestores de saúde: programas de capacitação para gestão tecnológica em saúde (gestão do conhecimento, gestão de projetos,

informação em C&T/S, avaliação e uso de tecnologias em saúde), metodologia científica, epidemiologia, estatística, desenvolvimento de habilidades para demandar pesquisas e elaborar síntese da produção científica, entre outros;

- profissionais de nível médio e técnico do sistema de saúde: capacitação que contemple o uso adequado das tecnologias de saúde, apoio às pesquisas desenvolvidas nos serviços, entre outros; e
- pesquisadores e gestores das organizações de C&T/S: programas de capacitação em metodologia científica, elaboração de projetos para captação de recursos financeiros, gestão de projetos, gestão do conhecimento e da inovação tecnológica, ética em pesquisa, gestão da propriedade intelectual, biossegurança, entre outros.

Programas de pós-graduação, em áreas de interesse do SUS, entre eles os mestrados profissionalizantes, devem ser especialmente apoiados de forma a qualificar pesquisadores e gestores dos sistemas de saúde e de CT&I. Os institutos de pesquisa do SUS, devida à sua proximidade com as demandas do sistema de saúde, serão estimulados a participar no processo de formação e capacitação de recursos humanos.

Como forma de aferir a efetividade dos programas de formação e capacitação, é fundamental a adoção de estratégias de avaliação dos cursos e do desempenho dos egressos, além da promoção da educação continuada.

3.7 Redução das disparidades regionais em ciência e tecnologia em saúde

As estratégias para redução das disparidades regionais em C&T/S devem ser definidas com base na identificação das necessidades prioritárias locais, do diagnóstico da capacidade instalada do setor produtivo e das organizações de C&T/S (grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e CEPs) e da avaliação de suas vocações e limitações.

Além da tão importante articulação entre os diversos setores do governo e segmentos da sociedade, fazem-se necessárias as seguintes ações:

- elaboração de planos institucionais de fortalecimento da infra-estrutura e qualificação de recursos humanos, para gestão tecnológica e aumento da competitividade na captação de recursos financeiros;
- criação de mecanismos de fixação de pesquisadores nos estados onde houver menor capacidade instalada;
- promoção das atividades de P&D em saúde no setor produtivo local; e
- promoção de projetos cooperativos entre as organizações de C&T/S locais com grupos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico mais avançados do país e do exterior.

O apoio a incentivos regionais que viabilizem essas ações deve ser compreendido de forma complementar às iniciativas dos sistemas de CT&I e de educação e àquelas voltadas para o setor empresarial.

3.8 Apoio ao desenvolvimento de inovações tecnológicas em saúde

O apoio ao desenvolvimento de produtos e processos inovadores em saúde deve contemplar ações voltadas para:

- promoção da capacidade de inovação das organizações de C&T/S e das empresas no desenvolvimento de tecnologias prioritárias para o SUS;
- criação de mecanismos de articulação entre governo, setor produtivo e organizações de C&T/S, como a formação de projetos cooperativos e redes para o desenvolvimento de tecnologias; e
- incentivo às inovações nas estratégias de intervenção do SUS, instrumentos e modelos de gestão, sistemas de informações em saúde, entre outros.

As ações devem ser articuladas e complementares com iniciativas em andamento em instituições como o MCT e seus órgãos, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as FAPs.

A utilização do planejamento estratégico das ações é relevante para o desenvolvimento das inovações tecnológicas em saúde, na identificação de instituições/empresas potencialmente inovadoras, avaliação de viabilidade/riscos dos projetos, definição de objetivos e metas, entre outros, de forma a aumentar o potencial de alcance dos resultados almejados.

O desenvolvimento de produtos (medicamentos, imunobiológicos, hemoderivados, testes diagnósticos, equipamentos) e processos inovadores deve atender às prioridades de saúde pública, entre as quais se destacam as doenças negligenciadas. As inovações tecnológicas devem, ainda, atender aos padrões de qualidade e segurança dos órgãos reguladores.

A promoção da capacidade de inovação das organizações de C&T/S e das empresas deve abranger as áreas de gestão tecnológica e empresarial, recursos humanos, tecnologia industrial básica (metrologia, normalização e avaliação de conformidade), estudos de prospecção tecnológica, propriedade intelectual, entre outros. Deve-se apoiar a criação de mecanismos que favoreçam a formação e a mobilidade ou intercâmbio de pesquisadores com as empresas.

Devem ser desenvolvidas estratégias de incentivos fiscais e financeiros para inovações no setor saúde, a partir do diagnóstico das limitações das políticas existentes no país. Deve também ser utilizado o poder de compra do Estado, em todas as instâncias do SUS, para aumentar a capacidade de inovação em áreas prioritárias.

Projetos de cooperação internacional em pesquisa e inovação são importantes oportunidades para superação de limitações do sistema de C&T/S do país e

devem ser estimulados, principalmente na transferência de tecnologia e capacitação de recursos humanos.

3.9 Promoção da avaliação de tecnologias em saúde (ATS)

A ATS é uma forma de investigação integrada que analisa as conseqüências clínicas, sociais e éticas do emprego das tecnologias, tais como: equipamentos, medicamentos, testes diagnósticos, imunobiológicos, procedimentos e organização de serviços.

A ATS utiliza metodologia de revisão sistemática e interpretação das informações científicas disponíveis. O processo de avaliação pode apontar a necessidade de realização de pesquisas voltadas para preencher lacunas no conhecimento sobre tecnologias.

A avaliação pode ser realizada nas diferentes fases do ciclo de vida das tecnologias (inovação, difusão inicial, incorporação, uso disseminado e abandono), de acordo com as necessidades do sistema de saúde.

Setores específicos para ATS devem ser estruturados no SUS e nas organizações de C&T/S, com os seguintes objetivos:

- subsidiar as instâncias de decisão do sistema quanto à incorporação e uso de tecnologias em saúde (TS), com base em critérios de segurança, efetividade, impacto econômico e social, prioridades de saúde pública, características regionais, otimização dos recursos e o princípio de equidade;
- respaldar a elaboração de protocolos clínicos e terapêuticos;
- subsidiar a prática clínica e as intervenções em saúde coletiva, promovendo o uso de evidências científicas;
- orientar os usuários e trabalhadores do sistema de saúde sobre a segurança e os benefícios associados às tecnologias; e
- promover a cultura da ATS no SUS.

Para a estruturação dos setores de avaliação tecnológica, é fundamental:

- definir um modelo de atuação em ATS para o Ministério da Saúde, pactuado entre seus órgãos;
- estabelecer as competências de cada setor de ATS no âmbito das três esferas do SUS;
- apoiar a criação de grupos especializados em ATS nas organizações de C&T/S, para atendimento das demandas do SUS;
- estimular a capacitação de recursos humanos nas áreas de epidemiologia, estatística, avaliação de políticas públicas, economia da saúde, entre outros;
- definir critérios para priorização das avaliações e elaborar guias metodológicos para realização de ATS; e
- promover a integração entre as instâncias envolvidas na incorporação e utilização de TS nos serviços.

A estruturação de instâncias de ATS no SUS e nas organizações de C&T/S deve prever a formação de redes, coordenadas pelo Ministério da Saúde, para harmonização de conceitos e metodologias, intercâmbio de informações, capacitação de recursos humanos e complementaridade das ações. Os projetos de cooperação técnica internacional também deverão ser estimulados, visando ao intercâmbio de informações e à capacitação de recursos humanos.

3.10 Promoção da bioética na gestão e da ética em pesquisas em saúde

A alocação de recursos em saúde pública, a incorporação e o acesso às tecnologias, as perspectivas e conseqüências dos avanços científicos e tecnológicos são alguns dos dilemas enfrentados pelos gestores em saúde. A bioética constitui ferramenta de reflexão sobre esses dilemas e apoio às decisões e deve ser inserida no processo de elaboração e implementação de políticas públicas de saúde.

A bioética compreende, ainda, o respeito à dignidade e a segurança e proteção dos indivíduos que participam de pesquisas. Para promover o cumprimento dos princípios éticos em pesquisas envolvendo seres humanos é necessário atuar nas etapas de aprovação e desenvolvimento das pesquisas. As organizações de C&T/S, portanto, devem prever e desenvolver atividades no contexto da gestão tecnológica em saúde comprometidas com o atendimento desses princípios. Os principais objetivos desta diretriz são:

- promover a inserção da reflexão bioética no processo de elaboração e implementação de políticas públicas de saúde;
- promover o aprimoramento do sistema de revisão e aprovação ética das pesquisas envolvendo seres humanos, observando-se a contribuição e o papel do Conselho Nacional de Saúde como instância de controle social;
- fortalecer o papel das organizações da sociedade civil nos CEPs e na divulgação de informações pertinentes aos usuários; e
- ampliar o conhecimento dos pesquisadores e profissionais de saúde sobre bioética, inclusive ética em pesquisa.

Para promoção da bioética na gestão em saúde, as estratégias propostas são a criação de comissões de bioética nas três esferas do SUS, divulgação de informações sobre o tema e capacitação de gestores.

Em relação ao sistema de revisão ética dos protocolos de pesquisas envolvendo seres humanos estão identificadas as necessidades de:

- aprimorar e fortalecer os dispositivos normativos, respeitando-se as competências legais dos diferentes órgãos do Ministério da Saúde;
- implementar ações nas organizações de C&T/S com a finalidade de desenvolver competências na elaboração de projetos de pesquisa, prover condições adequadas ao desempenho dos CEPs e melhorar o acesso às informações sobre suas atividades;

- implantar sistema de supervisão e auditoria nas organizações de C&T/S, buscando a padronização e a melhoria dos procedimentos; e
- ampliar os mecanismos de debate e atualização sobre os dilemas éticos em pesquisas, com a comunidade científica e a sociedade civil.

Nas investigações com animais, devem ser respeitados os princípios internacionais que buscam proteger os seus direitos. Uma das estratégias é o estímulo à criação de comissões de ética em pesquisa com animais, pelas organizações de C&T/S.

3.11 Promoção de ações de biossegurança em saúde

A biossegurança é essencial para que as atividades de C&T/S sejam realizadas de forma segura, por meio da prevenção, controle, redução ou eliminação dos riscos a que se expõem os profissionais envolvidos, a população e o meio ambiente.

É fundamental a promoção das práticas de biossegurança para a implementação das diretrizes deste documento. Sendo assim, será necessária a formulação de estratégias, por meio da Comissão de Biossegurança em Saúde, relativas às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico com materiais que apresentem risco à saúde.

Adicionalmente, o Ministério da Saúde, por meio de seu representante legal, deverá contribuir com a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) na elaboração e implementação de normas relacionadas às atividades com organismos geneticamente modificados (OGMs).

Para tanto, devem ser implementadas medidas destinadas a:

- promover a regulamentação da biossegurança na área da saúde;
- apoiar os setores do SUS na implementação de ações que promovam a biossegurança;

- incentivar a atuação do Ministério da Saúde nos fóruns de debate e em deliberações relativas à biossegurança;
- capacitar recursos humanos com ênfase na avaliação e manejo de risco presente nas atividades de P&D em saúde;
- orientar as organizações de C&T/S na implementação de normas e procedimentos de biossegurança em saúde;
- incentivar a adequação da infra-estrutura laboratorial visando à promoção da biossegurança em saúde;
- apoiar a criação de comissões de biossegurança em saúde nas organizações de C&T/S e nos órgãos do sistema de saúde;
- implementar mecanismos para a ampla divulgação de informações sobre biossegurança em saúde; e
- fortalecer a atuação do Brasil nas discussões internacionais referentes à biossegurança em saúde.

4

Responsabilidades e Parcerias

A implementação, acompanhamento e avaliação das diretrizes dependerão da atuação das diferentes instâncias do SUS, e da articulação intersetorial, sobretudo com os órgãos dos sistemas de CT&I e de educação, bem como das parcerias com a sociedade civil e setor produtivo.

O Ministério da Saúde, por sua vez, deverá articular ações conjuntas com os setores privado e da administração pública que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a implementação das diretrizes. Na esfera federal, são identificados como parceiros:

- Ministério da Agricultura
- Ministério da Ciência e Tecnologia
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
- Ministério da Educação
- Ministério da Integração Nacional
- Ministério da Justiça
- Ministério do Meio Ambiente
- Ministério Público
- Ministério das Relações Exteriores

Para a implementação, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento das diretrizes, caberá ao Ministério da Saúde:

- Promover a elaboração e implementação dos planos, programas, projetos, atividades e ações decorrentes das diretrizes.
- Prestar cooperação técnica e financeira aos estados e municípios nas ações orientadas pelas diretrizes.
- Coordenar o processo de definição de prioridades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde.

- Instituir mecanismos de indução à realização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico prioritários em saúde.
- Organizar o sistema de informação em C&T/S a partir dos sistemas de informações de saúde e de C&T.
- Promover a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde, para aplicação ao SUS.
- Avaliar e promover a utilização de resultados de pesquisas financiadas ou desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.
- Implantar mecanismos para o fortalecimento da área de C&T em instâncias gestoras do SUS e das organizações de C&T/S.
- Apoiar o desenvolvimento de inovações tecnológicas prioritárias para a saúde.
- Promover a cultura e a institucionalização da avaliação de tecnologias em saúde na três esferas do SUS.
- Promover a capacitação de recursos humanos na área de C&T/S, articulada com iniciativas desenvolvidas por instâncias nacionais e internacionais.
- Promover ações para redução dos desequilíbrios intra e inter-regionais no desenvolvimento científico e tecnológico em saúde.
- Promover a reflexão bioética na gestão em saúde e o cumprimento das normas éticas para pesquisas em saúde.
- Definir estratégias de atuação em biossegurança para o SUS.
- Executar ações de C&T/S por meio das instituições do Ministério da Saúde.
- Promover a articulação interinstitucional entre os sistemas de saúde, CT&I e educação, setor produtivo e sociedade civil.



5

Acompanhamento e Avaliação

Os planos, programas, projetos, atividades e ações decorrentes das diretrizes propostas devem ser submetidos a avaliações sistemáticas com o objetivo de aprimorar os instrumentos de planejamento de ações de C&T/S.

Um dos aspectos essenciais do acompanhamento aqui preconizado será a compreensão do processo de estruturação e institucionalização das ações de C&T/S no âmbito do SUS e a aferição da efetividade do modelo de fomento induzido baseado na definição de prioridades para a área de C&T/S. Essa abordagem deverá permitir verificar em que a modificação pretendida na produção de conhecimento científico e desenvolvimento tecnológico produziu efeitos sobre a tomada de decisão dos gestores do SUS, nas políticas públicas de saúde e nas condições de saúde da população.

Para o desenvolvimento do processo de acompanhamento e avaliação, serão aplicadas metodologias específicas – quantitativas e qualitativas –, capazes de avaliar aspectos de equidade, efetividade, qualidade, eficiência, sustentabilidade e participação social nos planos, programas, projetos, atividades e ações de C&T voltados ao aprimoramento da saúde pública.

Glossário

Aplicação de conhecimento. Processo de incorporação do conhecimento ao desenvolvimento de novos produtos e serviços. (Global Change Consultores Internacionais Associados, 2001).

Atividades científicas e tecnológicas. Atividades de investigação, ensino e formação, assim como serviços científicos e técnicos relacionados com a produção, promoção, difusão e aplicação dos conhecimentos em todos os campos da ciência e tecnologia. (Organization for Economic Co-Operation and Development, 1994).

Avaliação de conformidade. Processo sistematizado, acompanhado e avaliado de forma a assegurar que um produto, serviço, processo ou profissional atenda a requisitos de normas ou regulamentos preestabelecidos. (Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2002).

Avaliação de tecnologias em saúde. Exercício complexo de pesquisa e produção de informações com base em critérios de efetividade, custo, risco ou impacto do seu uso, éticos e de segurança, visando à seleção, aquisição, distribuição ou uso apropriado de tecnologias, inclusive a avaliação de sua necessidade.

Bioética. Ramo da filosofia que estuda os avanços das ciências da vida e da saúde, com ênfase nas implicações éticas das pesquisas científicas e das ações de saúde. (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2001).

Biossegurança. Condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar, reduzir ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer a saúde humana, animal e vegetal e o meio ambiente.

Biotecnologia. Qualquer aplicação tecnológica que utilize sistemas biológicos, organismos vivos ou seus derivados, para fabricar ou modificar produtos ou processos para utilização específica. (Brasil. Ministério do Meio Ambiente, 2002).

Ciência. Processo organizado de geração de conhecimentos relativos ao universo e seus fenômenos naturais, ambientais e comportamentais concebidos por meio da pesquisa científica, seguindo as etapas da metodologia científica. (Adaptado de Organization for Economic Co-Operation and Development, 1994; Longo, 1996 e Pinto, 2001).

Ciência e tecnologia. Conceito amplo que compreende ações conexas de geração, difusão e aplicação de conhecimentos em todos os campos do saber, inclusive educação, gestão, informação, normalização, patentes, estudos e outras atividades ligadas à inovação e difusão tecnológica. (Adaptado de Organization for Economic Co-Operation and Development, 1994).

Ciência e tecnologia em saúde. Campo do conhecimento que busca, por intermédio da educação e fomento às pesquisas de natureza multidisciplinar, solucionar problemas de biologia, saúde humana no campo individual e coletivo, serviços e sistemas de saúde, visando promover avanços nas condições de saúde e vida da população. (Adaptado de Harvard-MIT, 2002).

Conhecimento científico. Acervo das informações acumuladas pela observação e investigação científicas, bem como das leis, princípios e teorias decorrentes, que passaram pelo crivo de testes experimentais baseados na aplicação do método científico e que conferem ao homem uma compreensão cada vez mais abrangente e unificada dos fenômenos naturais, assim como a possibilidade de uma utilização prática deste conhecimento. (Rey, 1999).

Desenvolvimento institucional em C&T/S. Conjunto de ações que objetiva a melhoria da eficiência institucional na área de C&T/S, com ênfase em gestão tecnológica, planejamento estratégico e operacional, modernização e descentralização administrativa, recursos humanos e infra-estrutura. (Adaptado de Fundação Oswaldo Cruz, 2002).

Desenvolvimento tecnológico. Desenvolvimento de produtos e processos por intermédio de um processo autônomo ou pela efetiva absorção de tecnologias desenvolvidas em outros países. (Finep, 1998).

Difusão de tecnologias. Processo de propagação de uma inovação tecnológica entre usuários potenciais (adoção de uma nova técnica) e seu melhoramento e adaptação contínua. Os processos de inovação e difusão de tecnologias são interdependentes e determinados pela interação usuário/produzidor. (Adaptado de Martínez & Albornoz, 1998).

Doenças negligenciadas. Doenças que não recebem investimentos das companhias farmacêuticas porque afetam populações de países pobres. Medicamentos para essas doenças não dispõem de um mercado consumidor atraente, capaz de adquiri-los. É o caso, por exemplo, da leishmaniose, malária, doença de Chagas e tuberculose. (Médicos Sem Fronteiras, 2002).

Efetividade. Medida de impacto de tecnologias, a efetividade mede os benefícios obtidos por uma população quando uma tecnologia é aplicada em condições reais. O uso generalizado dessa medida depende da população a que se aplica a tecnologia e as condições de sua aplicação, sendo muito relevante por aferir a utilidade de uma tecnologia em condições práticas. (Adaptado de Chile. Ministerio de Salud, 2002).

Eficácia. Medida de impacto de tecnologias, a eficácia mede os benefícios obtidos por uma população quando nela se aplica, em condições ideais, uma tecnologia em saúde. Sua determinação ocorre, fundamentalmente, de forma experimental; e sua validade é universal, sempre e quando não se modifiquem as condições de aplicação da intervenção. (Adaptado de Chile. Ministerio de Salud, 2002).

Ética em pesquisa. Termo utilizado de forma ampla, inclui diferentes assuntos relevantes do ponto de vista da ética em pesquisa envolvendo seres humanos e demais seres vivos. Inclui o compartilhamento justo dos créditos de autoria entre participantes de um grupo de pesquisa; o comportamento responsável na submissão ou revisão de pedidos de bolsas de pesquisa; e, com maior visibilidade, o tratamento responsável de sujeitos de pesquisa. (Adaptado de Onlineethics.org, 2002).

Fomento à pesquisa em saúde. Conjunto de ações que busca fortalecer, tanto em termos de recursos como da qualidade de gestão, a pesquisa em saúde no país. (Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2000).

Incorporação de tecnologia. Processo de introdução sistematizada de novas tecnologias e procedimentos na prática clínica, ou orientação sobre seu uso apropriado caso sejam tecnologias ou procedimentos consagrados. (Adaptado de Chile. Ministerio de Salud, 2002).

Inovação. Introdução no mercado de produtos, processos, métodos ou sistemas não existentes anteriormente ou com alguma característica nova e diferente das até então em vigor. (Financiadora de Estudos e Projetos, 2002).

Metrologia. Ciência que abrange todos os aspectos teóricos e práticos relativos às medições, qualquer que seja a incerteza em qualquer campo da ciência ou tecnologia. (Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2002).

Organismo geneticamente modificado. Organismo cujo material genético – DNA/RNA – tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética (Lei 8.974/95).

Organizações de C&T/S. Entidades organizadas e estreitamente relacionadas com a geração, o avanço, a difusão e a aplicação de conhecimento no campo da saúde, cujas atividades envolvem: pesquisa científica, desenvolvimento experimental de produto ou processo, eventos técnicos e científicos, gestão da pesquisa científica e tecnológica, capacitação em ciência e tecnologia e serviços de apoio à pesquisa. (Adaptado de Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1998).

Patente. Título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores, ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. (Brasil. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, 2000).

Pesquisa. Processo de investigação metódica e sistemática de um determinado campo ou domínio da realidade por meio de fundamentação teórica e levantamento rigoroso de dados empíricos, de modo a permitir uma teorização que resulte em ampliação do conhecimento. (Tramontin, 1994).

Pesquisa avaliativa. Tipo de pesquisa que aplica métodos científicos para analisar a pertinência, os fundamentos teóricos, a produtividade, a eficiência e os efeitos de uma intervenção, assim como as relações existentes entre as intervenções e o contexto em que elas se situam, com o objetivo de ajudar a tomada de decisão. (Contrandriopoulos et al., 1997). Exemplos: avaliação de intervenções em saúde pública, serviços e sistemas de saúde e políticas de saúde.

Pesquisa básica ou fundamental. Tipo de pesquisa, teórica ou experimental, que visa a contribuir, de forma original ou incremental, para a compreensão dos fatos e fenômenos observáveis e teorias, sem ter em vista o uso ou a aplicação imediata. (Adaptado de Organization for Economic Co-Operation and Development, 1994).

Pesquisa biomédica. Tipo de pesquisa realizado em organismos vivos com propósito de aplicação na saúde humana, como as efetuadas em farmacologia, toxicologia e bioquímica. (Adaptado Alano & Almario, 2000).

Pesquisa clínica. Tipo de pesquisa que segue métodos científicos aplicáveis aos seres humanos – denominados voluntários ou "sujeitos da pesquisa" –, sadios ou enfermos, de acordo com o objetivo da pesquisa. Quando realizada com medicamentos, tem como objetivo básico verificar efeitos, segurança e tolerância, relacionar efeitos adversos, além de analisar a absorção, distribuição, metabolismo e excreção dos princípios ativos. (Adaptado de Lousana, 2002).

Pesquisa e desenvolvimento. Conjunto de ações que envolve a geração de conhecimentos, a transformação dos conhecimentos em tecnologias e a adaptação de tecnologias existentes em novas tecnologias, na forma de produtos e processos acabados que atendam às necessidades do mercado.

Pesquisa em saúde. Pesquisas cujos resultados são aplicados no setor saúde, voltados, em última instância, para a melhoria da saúde de indivíduos ou grupos populacionais. Podem ser categorizadas por níveis de atuação científica e compreendem os tipos de pesquisa básica, clínica, epidemiológica e avaliativa, além de pesquisas em outras áreas como economia, sociologia, antropologia, ecologia, demografia e ciências políticas. (Adaptado de World Health Organization, 1996).

Pesquisa epidemiológica. Tipo de pesquisa realizado por meio da produção, análise e interpretação de dados decorrentes da observação e quantificação de eventos relacionados à saúde e fenômenos correlatos, como os possíveis determinantes ou efeitos dos processos saúde-doença. (Adaptado de Rouquayrol & Almeida, 1999).

Projeto cooperativo. Projeto de pesquisa aplicado ao desenvolvimento tecnológico objetivando a busca de novos conhecimentos sobre determinado produto, sistema ou processo, ou de seus componentes, executado de forma cooperativa entre instituições de P&D e empresas que participam com recursos financeiros e/ou técnicos, custeando ou executando partes do projeto e que propiciem o fortalecimento do processo inovativo. (Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia. Fundo Verde Amarelo, 2001).

Propriedade intelectual. Direito sobre bens imateriais resultantes da manifestação intelectual, invenções, obras literárias e artísticas, símbolos, marcas, imagens e desenhos utilizados comercialmente. A propriedade intelectual divide-se em duas categorias: propriedade industrial e direito autoral. (Adaptado de Di Blasi, 1982; World Intellectual Property Organization, 2002).

Prospecção tecnológica. Projeções sistemáticas, em longo prazo, do futuro da ciência, tecnologia, economia e sociedade, com o propósito de identificar as tecnologias emergentes que potencialmente produzirão os maiores benefícios econômicos e sociais. (Adaptado de Organization for Economic Co-Operation and Development, 1994).

Rede cooperativa. Rede de pesquisa cooperativa que integra pesquisadores de diferentes instituições e empresas, que tem por objetivo permitir a abordagem integrada das ações dentro de um tema, em favor do processo inovativo, otimizando as sinergias e a aplicação de recursos e evitando a duplicidade e a pulverização de iniciativas. (Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia. Fundo Verde Amarelo, 2001).

Setor produtivo. Conjunto de arranjos organizacionais, privados ou públicos, envolvido no desenvolvimento e utilização de tecnologias na produção industrial.

Tecnologias. Técnicas, métodos, procedimentos, ferramentas, equipamentos e instalações que concorrem para a realização e obtenção de um ou vários produtos. São divididas em tecnologia de produto – cujos resultados são componentes tangíveis e facilmente identificáveis – e tecnologia de processo – técnicas, métodos e procedimentos utilizados para se obter um determinado produto ou aprimorar processos de trabalho e gestão. (Adaptado de Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2000).

Tecnologias em saúde. Equipamentos, medicamentos, insumos e procedimentos utilizados na prestação de serviços de saúde, bem como as técnicas que dispõem sobre a infra-estrutura destes serviços e sua organização. (United States Congress, 1982).

Transferência de tecnologia. Processo complexo onde o receptor, ao obter ou comprar uma tecnologia, absorve o conjunto de conhecimentos que lhe permitirá adaptá-la às condições locais, aperfeiçoá-la e, eventualmente, criar nova tecnologia de forma autônoma. (Adaptado de Pinto, 2001).

Bibliografia consultada

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Encontros setoriais:** Contribuições de Ciência e Tecnologia para a Área Social em Saúde. Brasília: MCT/MS/CCT, 1994.

ALANO Jr., B.; ALMARIO, E. S. **Tracking country resource flows for health research and development (R&D):** a comparative report on Malaysia, the Philippines, and Thailand with a manual on tracking country resource flows for health research and development. Manila: Center for Economic Policy Research, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA (ABRASCO); SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). **A reforma do fomento e do financiamento à pesquisa em saúde no Brasil:** relatório da oficina de trabalho. São Paulo, 2000.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia; ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Livro verde:** o debate necessário: ciência, tecnologia e inovação: desafio para a sociedade brasileira. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.** Disponível em: <<http://www.ctnbio.gov.br/ctnbio/default.htm>> Acesso em: maio 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Oficina de trabalho sobre prioridades da pesquisa em saúde:** relatório final. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Seminário do Programa de indução estratégica à pesquisa em saúde.** Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Programa de Indução Estratégica à Pesquisa em Saúde. **Desafios em ciência e tecnologia no Brasil:** emergência e reemergência de

doenças infecciosas e parasitárias. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Apreciação geral e estratégica da pesquisa no campo da saúde no Brasil.** Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Fundo Verde Amarelo. Programa de Estímulo à Interação Universidade Empresa para Apoio à Inovação. **Documento básico:** proposta. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Fundos setoriais de desenvolvimento científico e tecnológico:** uma estratégia de desenvolvimento nacional. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação (PNOPG) 1999/2002.** Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>> Acesso em: set. 2001.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria Federal de Controle Interno. **Balancos gerais da União:** 1990 a 1999. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA; SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Relatório da pré-oficina sobre pesquisa em saúde no Brasil:** a reforma do fomento e do financiamento à pesquisa em saúde no Brasil. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Organização, funcionamento, programas de pós-graduação e investimentos em saúde nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.** Brasília, 2001. (Desenvolvimento Institucional, 4). Mimeo.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. Projeto de capacitação de pesquisadores da área da saúde da região Norte. **Relatório de atividades.** Brasília, 2001. (Desenvolvimento Institucional, 1). Mimeo.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Reforsus. **Avaliação tecnológica em saúde**: subsidiando a melhoria da qualidade e eficiência do SUS. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. **Inmetro**. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>> Acesso em: maio 2002.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **INPI**: Patente e Desenho Industrial. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br>>. Acesso em: jun. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Convenção sobre diversidade biológica**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/cdb/cdb.html>> Acesso em: maio 2002.

CAETANO, R. Paradigmas e trajetórias do processo de inovação tecnológica em saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, n. 8, p. 71-94, 1998.

CHILE. Ministerio de Salud. División de Inversiones y Desarrollo de la Red Asistencial. Departamento de Inversiones. **Unidad de Evaluación de Tecnologías de Salud**. Disponível em: <<http://www.minsal.cl/iniciativas/etesa/princip.htm>> Acesso em: maio 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE, 1., 1994, Brasília. **Anais da 1ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1994.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 11, 2000, Brasília. **Relatório final da 11ª Conferência Nacional de Saúde**: efetivando o SUS: acesso, qualidade e humanização na atenção à saúde, com controle social. Brasília, Ministério da Saúde, 2000.

CONTRANDRIOPOULOS, A-P. et al. A avaliação na área de saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Z. M. A. (Org.) **Avaliação em saúde**: dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

CORDEIRO, H. et al. **Prioridades nacionais, pesquisa essencial e desenvolvimento em saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1990. (Políticas de Saúde; n. 10).

COUNCIL ON HEALTH RESEARCH FOR DEVELOPMENT (COHRED). **Report on the Latin American regional consultation on health research for development.** Geneva, 2000.

DI BLASI, C. G. **A propriedade industrial.** Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS. **Finep:** Termos e conceitos. Disponível em <http://www.finep.gov.br/empresa/conceitos_ct.asp>. Acesso em maio 2002.

FINEP. **Apoio ao desenvolvimento tecnológico da empresa nacional.** Rio de Janeiro, 1998. (NEP-COMP/02.00/1998).

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Indicadores de ciência e tecnologia em São Paulo.** 1998. 144 p.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Programa de desenvolvimento científico e tecnológico: 2000-2001.** Brasília, 2000.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A Fiocruz:** programas. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br>> Acesso em: set. 2002.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Proposição da Fundação Oswaldo Cruz para a área de Saúde.** Rio de Janeiro, 2001.

GLOBAL CHANGE CONSULTORES INTERNACIONAIS ASSOCIADOS. **Gestão do conhecimento e inovação.** Disponível em: <<http://www.globalchange.pt/quadro/conh/texto.htm>> Acesso em: nov. 2001.

HARVARD-MIT. Division of Health Sciences and Technology. **HST.** Disponível em: <<http://hst.mit.edu/about/whatishst.shtml>> Acesso em: maio 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Rede Nacional de Transferência e Difusão de Tecnologias Apropriadas. **Programa de apoio às tecnologias apropriadas.** Disponível em: <<http://www.ibict.br>> Acesso em: ago. 2000.

LONGO, W. P. **Conceitos básicos sobre ciência e tecnologia.** Rio de Janeiro: FINEP, 1996.

LOUSANA, G. (Org.) **Pesquisa clínica no Brasil.** Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

MARQUES, M. B. **Ciência, tecnologia, saúde e desenvolvimento sustentado.** Rio

de Janeiro: Fiocruz, 1991. (Políticas de Saúde; n.11).

MARQUES, M. B. **Por uma política de C&T/S no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. (Políticas de Saúde; n.17).

MARTINEZ, E.; ALBORNOZ, M. **Indicadores de ciência y tecnología: estado del arte e perspectivas**. Caracas, Unesco, 1998.

MARTINS, G. M.; LOURENÇO, R. **Informação em C&T para a saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1999. Mimeo.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. **Campanha**. Disponível em: <<http://www.msf.org.br/campanha/msfCampanha.asp>> Acesso em: 19 nov. 2002.

ONLINEETHICS.ORG. **The Online Ethics Center for Engineering & Science**. Disponível em: <<http://www.onlineethics.org>> Acesso em: maio 2002.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). **El uso de la investigación en las reformas del sector de la salud en América Latina y el Caribe**: informe sobre el Foro regional, Salvador, Bahia, del 3 al 5 de mayo de 2000. (Iniciativa Reforma Sector Salud; n. 48). Disponível em: <www.americas.health-sector-reform.org/spanish/48hrspres.pdf> Acesso em: out. 2002.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Proposed standard practice for surveys of research and experimental development**: Frascati manual 1993. Paris, 1994. (The measurement of scientific and technological activities).

PELLEGRINI FILHO, A. **Ciência em pro de la salud**: notas sobre la organización de la actividad científica para el desarrollo de la salud en América Latina y el Caribe. Washington: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

PINTO, C. S. M. **Conceitos básicos de ciência e tecnologia**. Disponível em: <<http://www.esg.br/dactec/leitura/cbct.html>> Acesso em: maio 2001.

REY, L. **Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. de. **Epidemiologia & saúde**. 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

THE WORKING GROUP ON PRIORITY SETTING. Priority setting for health research: lessons from developing countries. **Health Policy and Planning**, v. 2, n. 15, p. 130-136, 2000.

TRAMONTIN, R. **Revisão e Atualização das Normas de Autorização e Reconhecimento de Universidade, objeto da Resolução 03/91**. Brasília: CFE, 1994. Relatório e Minuta de Resolução.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **International Bioethics Committee**. Disponível em: <<http://www.education.unesco.org/ibc>> Acesso em: maio 2001.

UNITED STATES CONGRESS. Office of Technology Assessment. **Strategies for medical technology assessment**. Washington: US Government Printing Office, 1982.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Núcleo de Estudos de Saúde Pública. Programa de Políticas de Recursos Humanos de Saúde. **Gestão de recursos humanos: uma função política**. Disponível em: <<http://www.pessoal.sus.inf.br>> Acesso em: set. 2001.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Núcleo de Estudos de Saúde Pública. Programa de Políticas de Recursos Humanos de Saúde. **Políticas de recursos humanos de saúde na pós-reforma do Estado**. Disponível em: <<http://www.pessoal.sus.inf.br>> Acesso em: set. 2001.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Núcleo de Estudos de Saúde Pública. Programa de Políticas de Recursos Humanos de Saúde. **Os recursos humanos e as políticas de gestão do Estado**. Disponível em: <<http://www.pessoal.sus.inf.br>> Acesso em: set. 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Ad Hoc Committee on Health Research Relating to Future Intervention Options. **Investing in health research and development**. Geneva, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Committee on Health Research. **A research agenda for science and technology to support global health development: collaborating venture for global modeling of health**. Geneva, 1998.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **About intellectual property**. Disponível em: < <http://www.wipo.org/about-ip/en/overview.html>> Acesso em: 10 out. 2002.

Colaboração

Participantes das reuniões para discussão das diretrizes descritas neste documento, entre agosto e outubro de 2002:

Adélia Aparecida Marçal dos Santos - Anvisa

Airton Bento C. Castanheira - Secretaria-Executiva/MS

Akira Homma - Fiocruz

Alfredo Schechtman - Secretaria de Assistência à Saúde/MS

Amália Virgínia Froes Fonseca - SES/MG

Ana Cristina da M. Furniel - Fiocruz

Ana Gabriela F. Sambiase - Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde/MS

Ana Paula Brum Pizarro - Fiocruz

Ana Paula Marques - SPS/MS

Ana Tapajós - Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde/MS

Angela Christina Ferreira F. Calvente Aranda - SES/RJ

Angélica Rogério de Miranda Pontes - Decit/SPS/MS

Antônia de Jesus Ângulo Tuesta - Decit/SPS/MS

Ari Bazilio da Silva - Secretaria-Executiva/MS

Beatriz MacDowell Soares - Anvisa

Bruno H. da Câmara Pinto - Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde/MS

Carla Pintas Marques - Secretaria de Assistência à Saúde/MS

Carlos Alberto P. Gomes - Assistência Farmacêutica/SPS/MS

Célia Regina Rodrigues Gil - SPS/MS

Celina Setsuko Kawano - SPS/MS

Cintia Moraes Borba - Fiocruz

Clarice A. Petramale - Anvisa

Claudia A. dos Santos - Secretaria de Assistência à Saúde/MS

Cláudia C. Santiago Gomes - Anvisa
Claudio Lucio Brasil Cunha - Secretaria de Assistência à Saúde /MS
Cristiane Jourdan - ANS
Cristiane Quental - Fiocruz
Cristiana Vidigal Lopes - ANS
Dario Pinto Miranda - Anvisa
David Tabak - Fiocruz
Denise Garrett - Pneumologia Sanitária/SPS/MS
Dimas Tadeu Covas - SES/SP
Edneusa M. Nascimento - SPS/MS
Eduardo Costa - Fiocruz
Eduardo Vieira Martins - Fiocruz
Edvaldo Batista de Sá - Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde/MS
Eliane Cristina Pinto Moreira - Decit/SPS/MS
Eliane Lopes Zequini Araújo - SES/MS
Eliane Teixeira - SES/RJ
Elias Rassi Neto - SPS/MS
Elisabetta Recine - Alimentação e Nutrição/SPS/MS
Eloan dos Santos Pinheiro - Fiocruz
Eloisa Cabral de Oliveira - ANS
Eugênia M. S. Rodrigues - Promoção à Saúde/SPS/MS
Euzenir Nunes Sarno - Fiocruz
Evelinda Trindade - Anvisa
Expedito Luna - SES/SP
Fábio Dantas Fassini - ANS
Fernanda Rocha P. Santos - Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde/MS
Filomena Kotaka - Funasa
Flávia Cardoso de Melo - Anvisa
Flávia Costa Figueiredo - ANS
Flávio Pereira Nunes - Funasa

Francisco Campos - SPS/MS
Francisco Romeu Landi - Fórum Nacional das FAPs dos Estados e Distrito Federal
Galdino Guttman Bicho - Anvisa
Geraldo A. da S. Filho - Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde/MS
Gerson F. M. Pereira - Dermatologia Sanitária/SPS/MS
Gertrudes C. Rocha - Saúde do Trabalhador/SPS/MS
Hamilton S. Andrade Segundo - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
Helena Teixeira de Lima Barbosa - SES/PB
Heloisa Maria Moreira da Rocha - SES/RJ
Herminio J. L. Mendes - ANS
Hilda Longhi - SES/DF
Hoëck Aureo de Souza Miranda - Anvisa
Ieda Frasson - Fundação de Ciência e Tecnologia/SC
Ilma Horsth Noronha - Fiocruz
Inês Regina Ferreira - ANS
Ionara Ferreira da Silva - SES/RJ
Irani Ribeiro de Moura - Secretaria de Assistência à Saúde/MS
Ítalo César Kircove - Fiocruz
Ivens Lucio do Amaral Drumond - Funasa
Jacinta de F. S. Silva - Saúde do Trabalhador/SPS/MS
Joana Angélica Simão Demarchi - SES/BA
João Vechi - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso
Jorge Alexandre Silvestre - Secretaria de Assistência à Saúde/MS
Jorge Raimundo Nahas - Secretaria de Assistência à Saúde/MS
José Carlos Barboza Filho - SES/BA
José da Rocha Carvalheiro - SES/SP
José Eduardo Pessoa de Andrade - Fiocruz
José Luiz Riani Costa - Saúde do Trabalhador/SPS/MS
Josiano G. Chaves - Assistência Farmacêutica/SPS/MS
Karin Brüning - Fiocruz

Karina dos Santos Ruiz - Decit/SPS/MS
Karla Santa Cruz Coelho - ANS
Kátia Carvalho Abreu - Promoção à Saúde/SPS/MS
Katia Maria Peiselt da Silva - SES/RJ
Klício Luiz Rezende Brayner - SES/PB
Lea Camillo Coura - Fiocruz
Lêda Maria de Vargas Rebello - ANS
Liliana Lugarinho - ANS
Liliana Rosicler Teixeira Nunes Fava - SES/TO
Luis Fernando Rolim Sampaio - SPS/MS
Luiz Carlos Pereira Jr. - SES/SP
Luiz A. Marinho Pereira - Assistência Farmacêutica/SPS/MS
Luzia Lamosa Arantes - ANS
Mabel Pimentel Vasconcelos - SES/MS
Manuel A. P. Sanches - Fiocruz
Marcelo Gouvêa Teixeira - Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde/MS
Márcia Arguelles Pantoja - SES/PA
Márcia de Oliveira Teixeira - Fiocruz
Márcia Regina da Silva Freitas - SES/RJ
Márcia Santos Nogueira - Anvisa
Marcos da Silva Freire - Fiocruz
Marcos Elizeu Marinho de Oliveira - SES/TO
Marcus Vinicius Quito - SPS/MS
Margarete M. Oliveira - Saúde do Adolescente/SPS/MS
Maria Adelaide Millington - Funasa
Maria Ângela de Avelar Nogueira - Anvisa
Maria Angélica Cúria Cerveira - SPS/MS
Maria Angélica F. Mesquita - ANS
Maria do Socorro A. Lemos - Promoção à Saúde/SPS/MS
Maria do Socorro Soares - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

Maria Fernanda G. Macedo - Fiocruz
Maria Helena B. S. Abreu - ANS
Maria Helena M. de Mendonça - Fiocruz
Maria José de Andrada Serpa - Fiocruz
Maria José Castro d'Almeida Lins - SES/AL
Maria Lúcia Rosa Stefanini - SES/SP
Maria Regina Fernandes de Oliveira - Funasa
Maria Santos Nogueira - Anvisa
Maria Tereza Correia Silva - ANS
Marília Bernardes Marques - Fiocruz
Mário César Althoff - Funasa
Mario Nelson Alves - SES/SC
Mauricio Vianna - ANS
Mauro Marcello C. Machado - Fiocruz
Milda Jodelis - DST AIDS/SPS/MS
Mirian Miranda Cohen - SES/RJ
Mírna Barros Teixeira - Decit/SPS/MS
Mônica Nigri - ANS
Myrna Sabino - SES/SP
Nara Azevedo - Fiocruz
Newton Wiederhecker - Anvisa
Nilton Luz Netto Jr. - Assistência Farmacêutica/SPS/MS
Norma Suely de Oliveira Farias - SES/SP
Osvaldo Augusto Brazil Sant'Anna - SES/SP
Pamela Diaz Bermudez - DST AIDS/SPS/MS
Paulo Gadelha - Fiocruz
Paulo Mayorga - Assistência Farmacêutica/SPS/MS
Pedro Miguel dos Santos Neto - SPS/MS
Renato Rocha Fonteles - Saúde Bucal/SPS/MS
Renato Sérgio Cordeiro - Fiocruz

Reus Coutinho Farias - Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde/MS
Roberto Padilha - SPS/MS
Selma Regina de Andrade Marino - SES/SC
Silas Guedes de Oliveira - Fundação de Medicina Tropical/AM
Sônia Dantas - Hipertensão e Diabetes/SPS/MS
Sônia Regina M. Barone - ANS
Sueli Moreira Rodrigues - Secretaria de Assistência à Saúde/MS
Tania de Giacomo do Lago - Saúde da Mulher/SPS/MS
Tatiana L. Sampaio - Hipertensão e Diabetes/SPS/MS
Telma Abdalla de Oliveira Cardoso - Fiocruz
Tisuko Sinto Rinaldi - Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde
Valdiléa Gonçalves Veloso dos Santos - SES/RJ
Valéria Reis Almeida Pinto - SES/MG
Vasco Carvalho P. de Lima - SES/SP
Vera Lúcia Peixoto S. Mendes - Universidade Federal da Bahia
Vera M. B. Bacelar - Anvisa
Vitor Antonio Fortuna - Fiocruz
Wanise Barroso - Fiocruz
Zuleica Portela Albuquerque - Opas

Avaliação e sugestões para aprimoramento do documento

Diretrizes para Planejamento de Ações de C&T/S

O Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde gostaria de conhecer sua opinião e agradeceria o envio de suas respostas. Elas serão úteis para a reedição deste documento.

1. O conteúdo está desenvolvido de forma clara?

Sim Não Em parte

2. O documento orientou a implementação de atividades de C&T na sua instituição?

Sim Não

3. Em caso de resposta afirmativa na questão anterior, indique as atividades:

- Definição de prioridades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico
- Organização e disseminação de informação
- Estruturação de uma área de C&T
- Capacitação de recursos humanos
- Avaliação de tecnologias em saúde
- Estímulo à realização de pesquisas
- Outros. Especificar: _____

4. Que sugestões daria para o aprimoramento do documento?

Nome: _____

Instituição: _____

Formação profissional: _____

Cargo: _____

Telefone:() _____ e-mail: _____

Favor enviar para:

Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde - Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, salas 717/725
CEP: 70058-900, Brasília-DF
Telefone: (61) 315-3394 - Fax: (61) 225-1167
E-mail: ciencia@saude.gov.br





Editora MS

Coordenação-Geral de Documentação e Informação/SAA/SE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

(Normalização, revisão, editoração e impressão)

SIA, Trecho 4, Lotes 540/610 – CEP: 71200-040

Telefone: (61) 233-2020 Fax: (61) 233-9558

E-mail: editora.ms@saude.gov.br

Brasília – DF, janeiro de 2003

OS 0106/2003